

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Justiça do Trabalho



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Justiça do Trabalho

**EXERCÍCIO 2010
ANO BASE 2009**

**Brasília
2010**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

 Prestação Jurisdicional Trabalhista

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19 da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, e o Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, que tratam, respectivamente, da Lei do PPA 2008 – 2011 e do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2009, do total previsto para a Justiça do Trabalho (JT), foram utilizados **R\$ 11.697.922.829,95** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$12.072.768.952,00	Empenho Liquidado:	R\$ 11.697.922.829,95
	Pago Estatais:	R\$ 0,00
	Total:	R\$ 11.697.922.829,95
Previsto não-orçamentário	Realizado não orçamentário	
R\$ -	R\$ -	

Além disso, do total de R\$ 289.648.123,40 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2008, foram executados R\$ 226.249.651,86, ou seja, 78,11% sobre o valor inscrito.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da Justiça do Trabalho (JT), no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2009		
		Previsto	Realizado*	%
Finalístico	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista	8.776.808.584,00	8.413.895.705,48	95,87
Finalístico (total)		8.776.808.584,00	8.413.895.705,48	95,87
Total Global		8.776.808.584,00	8.413.895.705,48	95,87

* Valores Executados (liquidado) em 2009. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Objetivo Setorial: Garantir maior acesso à prestação jurisdicional trabalhista a todos os brasileiros

Objetivo de Governo Vinculado: Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos

Programas	Indicador	Índice de Referência (linha de base)		Índice Apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)
		Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração	
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista	Número de Processos por Magistrado - UNIDADE	2.290,00	30/04/2007	2.293,00	12/2009	2.318,00
	Tempo Médio de Solução de Processos - dias	586,00	30/04/2007	735,00	12/2009	600,00
	Índice de Recorribilidade - porcentagem	50,72	30/04/2007	53,59	12/2009	55,50
	Taxa de Solução de Processos - porcentagem	47,35	30/04/2007	54,74	12/2009	50,43

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS SETORIAIS

A Justiça do Trabalho tem buscado aperfeiçoar a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional oferecida à sociedade estabelecendo como ações prioritárias na alocação dos recursos orçamentários a ela consignados: o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação; a instalação ou modernização da infraestrutura; a capacitação de magistrados e servidores; a elaboração e implementação de planejamento estratégico e a garantia de atendimento ao jurisdicionado.

No que se refere à tecnologia da informação, merecem destaque: a instituição do malote digital, a implantação do processo e do diário eletrônicos e a utilização cada vez mais intensa da videoconferência. Essas ações têm possibilitado maior economia e racionalidade na aplicação de recursos, agilização de procedimentos e aprimoramento do acesso à Justiça.

A modernização das instalações físicas assegura a infraestrutura apropriada ao desempenho das atividades institucionais e busca atingir maior eficiência operacional, na medida em que disponibiliza melhores e mais confortáveis instalações e melhor qualidade de atendimento à população, aos operadores do direito e aos servidores e magistrados.

A capacitação de magistrados e servidores desenvolve conhecimentos e habilidades, promove o desenvolvimento de competências e possibilita importantes melhorias no desempenho das atividades jurisdicionais.

Diante da nova realidade que enseja o fiel cumprimento das metas e objetivos estabelecidos pelo Poder Judiciário para assegurar a garantia de maior acesso à prestação jurisdicional a todos os brasileiros, o investimento em planejamento estratégico mostra-se imprescindível para se alcançar a celeridade e a efetividade desejados.

Quanto à garantia de atendimento à totalidade do público-alvo, o aporte de recursos para intensificar a atuação das varas itinerantes e a utilização da ação "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes", permitem, reciprocamente, disponibilizar o atendimento especializado desta Justiça Laboral aos jurisdicionados residentes em lugares distantes e de difícil acesso, bem como viabilizar a garantia de prestação jurisdicional trabalhista aos cidadãos hipossuficientes.

O investimento nesse conjunto de medidas, dentre outras, tem propiciado à JT aumentar o número de processos julgados, a exemplo do TST, que bateu o recorde de produtividade ao julgar mais de 265 mil processos em 2009. A simples comparação dos indicadores apurados em 2009, em relação àqueles inscritos em exercícios anteriores, comprova que a JT, via de regra, tem alcançado as metas propostas no início do plano, sendo que, em alguns casos, os valores apurados em 2009 já ultrapassaram os valores projetados para o final do PPA 2008-2011, como ocorreu, por exemplo, com o indicador "taxa de solução de processos". Esse cenário permite afirmar com grande possibilidade de acerto que, apesar dos grandes desafios a enfrentar, a meta estabelecida para o objetivo estratégico da JT terá sido superada com folga ao final do plano.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Prestação Jurisdicional Trabalhista

GERENTE DO PROGRAMA

Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho

OBJETIVO

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 8.776.808.584,00	Empenho Liquidado:	R\$ 8.413.895.705,48
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 8.413.895.705,48

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Ações de Informática - 2003 (-/-)	0,00	0,00	66.723.846,00	36.490.043,81
(RAP 2008) Ampliação do Edifício de Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região em João Pessoa - PB - 1B02 (-/-)	0,00	0,00	15.012,78	0,00
Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA - 1I69 (Sede ampliada /% de execução física)	8,00	0,00	798.198,00	0,00
(RAP 2008) Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA - 1I69 (Sede ampliada /% de execução física)	0,00	0,00	7.429,54	0,00
(RAP 2008) Ampliação do Estacionamento do Complexo do TRT da 20ª Região - 114K (-/-)	0,00	0,00	360.859,46	360.859,46
Ampliação do Fórum Trabalhista de Boa Vista - RR - 1M87 (Edifício ampliado/% de execução física)	35,00	60,71	995.600,00	44.461,11
(RAP 2008) Ampliação do Fórum Trabalhista de Boa Vista - RR - 1M87 (Obra executada/% de execução física)	0,00	29,12	409.000,00	409.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - 4256 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	2.784.065,00	2.966.875,00	6.834.861.091,00	6.743.485.600,98

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2008) Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - 4256 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	0,00	18,00	171.879.743,49	135.992.309,59
Aquisição de Imóvel para Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São Bernardo do Campo - SP - 1H44 (Imóvel adquirido/UNIDADE)	1,00	1,00	12.302.776,00	0,00
Aquisição do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Florianópolis-SC - 1M84 (Edifício adquirido/UNIDADE)	1,00	0,00	14.000.000,00	0,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 4224 (PESSOA ASSISTIDA/UNIDADE)	52.042,00	21.404,00	21.723.910,00	14.100.546,31
(RAP 2008) Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 4224 (PESSOA ASSISTIDA/UNIDADE)	0,00	1.044,00	872.456,56	864.205,58
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	116.974,00	111.925,00	130.838.556,00	126.551.025,28
(RAP 2008) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	0,00	0,00	10.189.612,78	6.026.420,89
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	8.077,00	6.704,34	24.908.022,00	24.208.724,66
(RAP 2008) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	0,00	0,00	1.517.112,56	133.453,67
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	37.667,00	36.998,50	260.395.670,00	259.121.957,68
(RAP 2008) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	2.974.905,12	47.224,23
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.946,00	3.312,25	5.097.522,00	4.645.777,80
(RAP 2008) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	380.989,23	16.077,56
Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	37.193,00	46.376,00	14.785.659,00	11.510.360,11
(RAP 2008) Capacitação de Recursos Humanos - 4091	0,00	69,00	3.922.449,80	3.008.120,86

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)				
(RAP 2008) Construção de Edifício Anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo - RS - 1K67 (-/-)	0,00	0,00	330.000,00	330.000,00
Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS - 1B32 (Edifício construído/% de execução física)	17,00	0,07	1.567.652,00	19.865,00
(RAP 2008) Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS - 1B32 (edifício construído/% de execução física)	0,00	8,79	3.266.221,43	2.323.525,58
Construção de edifício destinado ao depósito Judicial da cidade de Goianinha/RN - 1M42 (Edifício construído/% de execução física)	29,00	0,00	72.967,00	0,00
Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 7N58 (edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	2.466.871,00	0,00
Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial na cidade de Caicó/RN - 1M56 (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	250.000,00	0,00
Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial Trabalhista em Araguaína-TO - 119C (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	315.000,00	0,00
Construção de Edifício Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo-MG - 1M71 (Edifício construído/% de execução física)	90,00	90,00	423.500,00	423.500,00
(RAP 2008) Construção de Edifício Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo-MG - 1M71 (edifício construído/% de execução física)	0,00	10,00	50.000,00	50.000,00
Construção de Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista no município de Ji-Paraná - RO - 118X (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	268.158,00	0,00
Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bom Despacho - MG - 1M70 (Edifício construído/% de execução física)	90,00	90,00	423.500,00	423.500,00
(RAP 2008) Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bom Despacho - MG - 1M70 (edifício construído/% de execução física)	0,00	10,00	50.000,00	50.000,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Construção de Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Passos-MG - 1M96 (Edifício construído/% de execução física)	30,00	0,00	396.000,00	0,00
(RAP 2008) Construção de Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Passos-MG - 1M96 (-/-)	0,00	68,34	1.170.000,00	1.150.535,53
(RAP 2008) Construção de Fórum de Trabalhista em Maringá - PR - 11DR (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	0,00	624.978,23	604.769,77
Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA - 11HA (Fórum Construído/% de execução física)	4,00	0,00	200.000,00	0,00
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA - 11HA (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	0,00	340.684,50	340.684,50
Construção de Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes - RJ - 1A55 (Fórum Trabalhista construído/% de execução física)	4,00	0,00	213.913,00	0,00
Construção de Fórum Trabalhista em Jacobina - BA - 1M44 (Fórum Construído/% de execução física)	69,00	69,00	818.595,00	818.459,45
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em Jacobina - BA - 1M44 (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	0,00	379.500,00	379.500,00
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em Jequié - BA - 1M46 (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	100,00	1.215.600,45	1.215.600,45
Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB - 10WT (Fórum Construído/% de execução física)	13,00	0,00	1.500.000,00	148.087,21
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB - 10WT (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	0,00	115.599,82	114.954,32
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em Londrina - PR - 11EX (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	0,00	419.790,00	0,00
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em São Luís - MA - 11C8 (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	5,21	879.043,25	672.357,45
Construção de Fórum Trabalhista em Teixeira de Freitas - BA - 1M47 (Fórum Construído/% de execução física)	69,00	66,70	900.000,00	869.711,24
(RAP 2008) Construção de Fórum Trabalhista em Teixeira de Freitas - BA - 1M47 (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	0,00	377.500,00	377.500,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
física)				
Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - 1B39 (Obra executada/% de execução física)	22,00	11,50	23.209.285,00	12.924.697,00
(RAP 2008) Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - 1B39 (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	0,00	0,00	63.600,00	3.600,00
(RAP 2008) Construção do edifício Sede do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto - SP - 1M69 (edifício construído/% de execução física)	0,00	10,92	600.534,08	600.534,08
Construção do Edifício-Anexo da Justiça do Trabalho da 20ª Região em Aracaju - SE - 119H (Edifício construído/% de execução física)	100,00	16,75	220.000,00	45.836,95
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Caratinga-MG - 1M89 (Edifício construído/% de execução física)	70,00	70,00	337.000,00	317.574,50
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Caratinga-MG - 1M89 (edifício construído/% de execução física)	0,00	30,00	150.000,00	150.000,00
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Curitibaanos-SC - 11DW (Edifício construído/% de execução física)	0,00	82,60	700.000,00	578.212,72
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Currais Novos - RN - 1C37 (edifício construído/% de execução física)	0,00	58,71	419.968,26	246.258,07
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Diamantino - MT - 1N19 (edifício construído/% de execução física)	100,00	100,00	700.000,00	606.787,31
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis-TO - 1M76 (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	380.000,00	0,00
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagarto - SE - 1N00 (edifício construído/% de execução física)	0,00	85,85	599.541,91	529.847,24
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Macau - RN - 1H35 (edifício construído/% de execução física)	0,00	15,84	440.146,38	118.536,96

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul - SC - 11ED (edifício construído/% de execução física)	0,00	18,97	240.000,00	240.000,00
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Luiz do Quitunde - AL - 1N03 (edifício construído/% de execução física)	0,00	100,00	826.088,54	747.653,45
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste-SC - 11E2 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,24	1.960,25	1.960,25
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Bagé - RS - 11A9 (-/-)	0,00	0,00	700.005,00	700.004,99
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Buritis - RO - 1B10 (Sede Construída com 479,09 m²/% de execução física)	0,00	187.704,00	250.000,00	216.200,62
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Juína - MT - 1B56 (edifício construído/% de execução física)	0,00	54,00	451.277,10	381.829,47
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Mogi-Guaçu - SP - 11BH (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	1.050.000,00	20.999,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco - PR - 1109 (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	1.594.000,00	0,00
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco - PR - 1109 (edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	49.600,00	49.600,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Presidente Dutra - MA - 11IR (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	300.000,00	35.800,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Rio Claro - SP - 11BO (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	735.000,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína-TO - 1M72 (edifício construído/% de execução física)	9,00	0,00	900.000,00	0,00
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville - SC - 11ET (edifício construído/% de execução física)	0,00	47,08	4.300.000,00	4.300.000,00

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió-AL - 1N02 (Edifício construído/% de execução física)	3,00	0,00	700.000,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES - 1B51 (Edifício construído/% de execução física)	9,00	0,00	7.457.980,00	30.000,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI - 11BC (Edifício construído/% de execução física)	7,00	0,00	2.411.105,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS - 11EN (Edifício construído/% de execução física)	27,00	8,15	12.716.028,00	3.531.325,22
(RAP 2008) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS - 11EN (edifício construído/% de execução física)	0,00	21,46	9.306.307,76	9.306.307,76
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA - 11EL (edifício construído/% de execução física)	18,00	2,58	30.000.000,00	4.296.389,50
Construção do Fórum Trabalhista de Ariquemes - RO - 118Z (Edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	268.158,00	0,00
(RAP 2008) Construção do Fórum Trabalhista em Bom Jesus da Lapa - BA - 1H53 (Fórum Construído/% de execução física)	0,00	97,09	1.225.500,00	1.189.792,49
Construção do Fórum Trabalhista em Pelotas - RS - 11CR (-/-)	0,00	0,00	1.098.110,00	508.012,35
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	1.212.833.736,00	1.132.982.379,12
(RAP 2008) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	9.695.918,78	703.049,70
Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça - 2058 (PROGRAMA VEICULADO/hora)	50,00	0,00	630.000,00	0,00
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) - 5093 (Sistema Implantado /% de execução física)	7,00	0,44	28.932.087,00	2.036.643,92

Relatório Anual de Avaliação

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
(RAP 2008) Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) - 5093 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	0,00	6,64	36.705.271,09	32.704.947,92
Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho - 8134 (Vara mantida/UNIDADE)	146,00	231,00	1.002.800,00	336.119,83
(RAP 2008) Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho - 8134 (Vara itinerante mantida/UNIDADE)	0,00	0,00	29.179,38	6.030,00
Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) - 2C73 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	32.423.022,00	24.739.264,90
(RAP 2008) Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) - 2C73 (sistema mantido/UNIDADE)	0,00	0,00	8.224.623,39	8.199.397,89
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - 1P66 (Instalação modernizada/UNIDADE)	117,00	58,50	16.064.580,00	7.922.250,25
(RAP 2008) Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - 1P66 (Instalação modernizada/UNIDADE)	0,00	0,00	13.620.117,48	11.508.793,80
Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região - 127M (-/% de execução física)	100,00	0,00	2.898.682,00	0,00
Subtotal LOA + Créditos 2009	8.776.808.584,00		8.413.895.705,48	
Subtotal RAP 2008	289.648.123,40		226.249.651,86	
Subtotal Não-Orcamentario 2009	0,00		0,00	
TOTAL	9.066.456.707,40		8.640.145.357,34	

INDICADORES

Indicador do Programa (Denominação e unidade de medida)	Índice de Referência		Índice apurado em 2009		Índice previsto para o final do PPA (2011)	Possibilidade de alcance do índice previsto para 2011			
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração* (MM/20AA)		A Alta	B Média	C Baixa	D Muito Baixa
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	50,72	30/04/2007	Apurado 53,59	12/2009	55,50	X	-	-	-

Fonte: Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Número de Processos por Magistrado (UNIDADE)	2.290,00	30/04/2007	Apurado 2.293,00	12/2009	2.318,00	X	-	-	-
--	----------	------------	------------------	---------	----------	---	---	---	---

Fonte: Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Quando se consideram os cargos de Magistrados existentes na JT, esse índice é de 2.028,00. No entanto, quando se consideram os cargos providos, o número apurado demonstra que a Justiça do Trabalho está próxima de ultrapassar a meta prevista para o final do PPA.

Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	47,35	30/04/2007	Apurado 54,74	12/2009	50,43	X	-	-	-
--	-------	------------	---------------	---------	-------	---	---	---	---

Fonte: Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

A meta proposta para o final do Plano, como se vê pelo número apurado em 2009, já foi ultrapassada com folga.

Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	586,00	30/04/2007	Apurado 735,00	12/2009	600,00	-	X	-	-
--	--------	------------	----------------	---------	--------	---	---	---	---

Fonte: Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretária de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

A implementação do processo virtual e o aparelhamento da Justiça do Trabalho sinalizam claramente que haverá maior celeridade no julgamento dos processos trabalhistas com a consequente redução no quantitativo de dias necessários à tramitação dos autos, desde a realização da reclamação trabalhista até a prolação da sentença que finaliza o processo.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O considerável crescimento da demanda processual trabalhista, que autou mais de 20 milhões de processos na última década, impõe à Justiça do Trabalho um intenso esforço no sentido de racionalizar, dar celeridade e efetividade à tramitação e julgamento das causas trabalhistas. Para tanto, torna-se imprescindível dotar o órgão de ações que possibilitem: Modernizar o seu parque de informática, buscando-se a criação de um sistema integrado de gestão da informação jurisdicional em todo país e, até mesmo, a virtualização processual no sentido de dar mais celeridade aos seus julgamentos; Implantar varas em municípios pólos de desenvolvimento que apresentam demanda trabalhista crescente bem como interiorizar suas ações, permitindo o acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do território nacional. Modernizar e ampliar a estrutura física, mediante reforma e construção de novas sedes trabalhistas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2009

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Em 2009 os objetivos propostos no programa foram atendidos com sucesso. Conforme demonstram os indicadores apurados, a Justiça do Trabalho alcançou ou até mesmo superou as metas estabelecidas para o exercício. Além da ação finalística principal, Apreciação de Causas, outras ações contribuíram substancialmente para os resultados alcançados: Modernização das Instalações Físicas, Assistência Jurídica Gratuita a Pessoas Carentes, Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça do Trabalho (SIGI), dentre outras. No que se refere aos projetos (obras e construções) merece destacar o término e inauguração de importantes unidades nos Tribunais Regionais das 3.^a, 4.^a, 5.^a, 9.^a, 12.^a, 14.^a, 15.^a, 20.^a e 23.^a Regiões, quais sejam, os projetos relativos à: Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo – MG; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Bom Despacho – MG; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Bagé – RS; Construção do Fórum Trabalhista em Bom Jesus da Lapa – BA; Construção de Fórum Trabalhista em Maringá – PR; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Curitiba – SC; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul – SC; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste – SC; Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville – SC; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Buritis – RO; Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto – SP; Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagarto - SE; e Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Juína - MT. Pode-se observar que foram priorizados os projetos de construção localizados em cidades do interior, reforçando, assim, o alcance geográfico da prestação jurisdicional efetivada pela Justiça do Trabalho junto à Sociedade.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A performance dos índices apurados, conforme detalhamento constante da tabela de Indicadores postadas acima, demonstra que a Justiça do Trabalho atingiu ou, até mesmo superou, as metas propostas para o exercício de 2008. Dos quatro indicadores de programa, apenas um alcançou 75% da meta, os outros três superaram com folga a meta proposta. Destaque-se, no entanto, que a integral implementação do processo digital e do aparelhamento de todos os Tribunais Trabalhistas propiciará que haja uma maior celeridade no tempo médio das ações em trâmite, contribuindo no alcance de tais metas dentro do prazo previsto.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Garantir maior acesso à prestação jurisdicional trabalhista a todos os brasileiros

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Contribuíram para o alcance das metas propostas a instalação de Varas do Trabalho no interior, bem como a prática crescente da itinerância por parte dos Tribunais Regionais, aliadas à maior celeridade no julgamento dos processos decorrente, principalmente, da implementação das ações setoriais de Modernização das Instalações Físicas e de informatização da JT (Projeto E-Jus). Registre-se, no entanto, que devido às enormes dimensões do território nacional, há, ainda, grandes desafios a serem vencidos no sentido de garantir a todo brasileiro o acesso aos serviços especializados desta Justiça.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica os segmentos da sociedade aos quais o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida pelo termo "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O desempenho dos indicadores, anteriormente reportados, indica que a Justiça do Trabalho alcançou, em 2009, desempenho razoável, próximo a 100% de seu público-alvo. Dentre todos os ramos do judiciário, a Justiça do Trabalho, dadas a sua capilaridade e celeridade, é a mais

acessível, objetiva e eficiente no atendimento aos jurisdicionados. No entanto, existem ainda enormes desafios a serem ultrapassados, tais como disponibilizar a prestação jurisdicional a toda a Sociedade, inclusive àqueles cidadãos que residem em lugares afastados e de difícil acesso.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A ausência de sistemas padronizados é uma realidade na Justiça do Trabalho. Cabe destacar, todavia, que com a criação e o funcionamento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), órgão superior criado pela EC n.º 45, tais lacunas serão supridas ao longo do tempo. Uma vez que, dentre suas principais prerrogativas, o CSJT tem empreendido constantes esforços no sentido de padronizar rotinas e promover a unificação de Jurisprudência, práticas administrativas e judiciais, procedimentos e normas específicas na área trabalhista. Registre-se que as Ouvidorias dos Tribunais (citadas no item a seguir) procuram implementar e intensificar a participação dos jurisdicionados, promovendo a efetividade no controle social. Uma forma de superar essa dificuldade seria, por exemplo, a utilização de um questionário padronizado e objetivo a ser respondido por cada usuário quando comparasse à repartição pública para demandar pelos serviços oferecidos pela JT.

5. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

a) Ouvidoria

Quinze Tribunais reportaram possuir serviços de ouvidoria, sendo tal mecanismo um canal eficaz de comunicação entre o usuário e o Tribunal, onde são recebidos os elogios, reclamações e questionamentos às unidades competentes para as providências necessárias.

b) Audiência Pública

Apenas cinco Tribunais informaram possuir este mecanismo, que possibilita aos advogados e às partes registrarem suas reclamações e sugestões em relação aos trabalhos desenvolvidos.

c) Consulta Pública

Somente o TRT da 15ª Região relatou possuir tal mecanismo, informando que o utiliza não somente acerca dos autos em tramitação, como também na Biblioteca disponibiliza consulta ao seu acervo.

d) Reunião com grupos de interesse

Quatro Tribunais informaram desenvolver reuniões com grupos de interesse, tais como a OAB, atores organizacionais internos, sindicatos, Ministério Público e entidades de classe.

g) Outros

Apenas cinco Tribunais reportaram utilizar outros mecanismos que não os citados anteriormente, que são: TRT 2ª Região: Cursos e palestras gratuitas abertas ao público em geral; TRT 4ª Região: programas de rádio/televisão e página na Internet; TRT 5ª Região: Internet; TRT 11ª Região: 0800 alô TRT; e TRT 15ª Região: BANCO DE IDÉIAS: disponibilizado na Extranet somente ao público interno, visando a melhoria no atendimento aos jurisdicionados.

Comentários adicionais:

Neste quesito, vale mencionar ainda o TRT da 15ª Região, que efetuou o seguinte comentário: Congressos realizados no âmbito deste Regional sobre temas de grande interesse público, dentre os quais o trabalho do menor, o trabalho escravo e o trabalhador rural, interagindo desta forma com públicos distintos e com grande poder de transformar a sociedade na construção de um país mais justo.

6. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Por meio da ação "Modernização das Instalações Físicas", a Justiça do Trabalho vem, continuamente, tentando aparelhar suas unidades para prestar um melhor atendimento ao jurisdicionado que possua deficiência física, por meio da aplicação dos recursos em ações que visam à adequação e à melhoria do acesso dessas pessoas nas repartições da Justiça do Trabalho.